

A ESCRITA DE UMA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO MATEMÁTICA: AS PRÁTICAS NAS ESCOLAS TEUTO-BRASILEIRAS DE ANTÔNIO CARLOS (SC)

Francine Fragoso de Miranda Silva¹

GD n° 5 – História da Matemática e da Educação Matemática

Resumo: O presente trabalho está inserido nos estudos da história da Educação Matemática e visa analisar um tipo de matemática escolar emergente nas escolas teuto-brasileiras do Município de Antônio Carlos. Mais precisamente, o objetivo é investigar de que modo um projeto político de nacionalização, proposto no Estado Novo, pelo então Presidente do Brasil, Getúlio Vargas, se inscreve no corpo de práticas para ensinar matemática. Toma-se o Núcleo Escolar Municipal Cônego Dr. Raulino Reitz como lugar para o desenvolvimento e análise deste objetivo. O *corpus* analítico é composto por cadernos escolares do Sr. José Junkes, um cidadão antoniocarlense que os preservou e os disponibilizou para consulta à comunidade, bem como livros, exames, documentos escolares e legislações da época. O estudo terá por base conceitos provenientes do trabalho de Michel Foucault, de modo a problematizar de que modo um ensino de matemática é efeito e agente de um projeto de nacionalização.

Palavras-chave: História da Educação Matemática. Escola teuto-brasileira. Antônio Carlos. Análise do discurso.

A PESQUISA – UM MUNICÍPIO – UMA NOVA PÁTRIA

Para esta pesquisa, serão utilizados os escritos de Michel Foucault, que servirão de aporte teórico-metodológico, ou seja, a partir de uma perspectiva *foucaultina*, esta investigação se constrói por um arquivo de discursos que dá vida a um projeto de nacionalização no Brasil, tomando como sujeitos os alemães imigrantes que se instalaram no interior do Estado de Santa Catarina, construíram escolas, fizeram educação e apresentaram e aprenderam um certo tipo de ensinar e aprender Matemática.

Logo, na busca da escrita de uma história que salte aspectos da Educação Matemática na atualidade, é que essa pesquisa volta ao período de (1937-1945), particularmente na época de nacionalização, com o objetivo geral de *Descrever um corpo de práticas para ensinar matemática nas escolas teuto-brasileiras, do município de Antônio Carlos e analisar como estas práticas se inscrevem, ou não, num projeto político de nacionalização, proposto no Estado Novo.*

¹ Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC; Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Tecnológica - PPGECT; Mestrado em Educação Científica e Tecnológica; francineemiranda@gmail.com; Orientadora: Prof^a. Dr^a. Cláudia Regina Flores.

Importante frisar que o que se busca é fazer uma história do presente (FOUCAULT, 2004), ou seja, uma história complexa, cheia de rupturas e descontinuidades, que “não tem por fim encontrar as raízes de nossa identidade, mas ao contrário, se obstinar em dissipá-las; ela não pretende demarcar o território único de onde nós viemos” (FOUCAULT, 1990, p. 35).

Fazer história ao lado de Foucault não é tarefa fácil. Para ele,

A história tem por função mostrar que aquilo que é nem sempre foi, isto é, que é sempre na confluência de encontros, acasos, ao longo de uma história frágil, precária, que se formaram as coisas que nos dão a impressão de serem as mais evidentes. Aquilo que a razão experimenta como sendo sua necessidade, ou aquilo que antes as diferentes formas de racionalidade dão como sendo necessária, podem ser historicizadas e mostradas as redes de contingência que as fizeram emergir [...] (FOUCAULT, 2006, p. 499).

Pode-se dizer que a relação entre Foucault e a história é a definida por Rago (2005). Para a autora, a relação entre elas é “estabelecida a partir de um problema que se coloca no presente e, para a resolução, necessita voltar-se ao passado” (RAGO, 2005, p. 263).

A intenção não é remontar um passado, mas entender que determinadas práticas se materializaram em documentos que possibilitam a construção de novas problematizações para o presente. Aliás, para Foucault, deve-se fazer crítica aos documentos, de maneira a pensar que “[...] a história é o que transforma os documentos em monumentos” (FOUCAULT, 2014, p. 8).

O município catarinense de Antônio Carlos

Antônio Carlos é um pequeno município da região metropolitana da Grande Florianópolis colonizado predominantemente por imigrantes alemães, marcas visivelmente ainda presentes nas tradições e nos costumes, na língua e nos sotaques, nas construções e na arquitetura, entre outros.

O município foi criado em 6 de novembro de 1963, desmembrado de Biguaçu. Seu nome foi uma homenagem ao estadista brasileiro Antônio Carlos Ribeiro de Andrade, político mineiro com grande atuação na Revolução de 1930.

Atualmente, com um dos melhores índices na área da Educação do Estado de Santa Catarina, a “Cidade das Hortaliças”, como é mais conhecida, conta com 7 (sete) unidades escolares, a saber: Escola de Educação Básica Altamiro Guimarães; Centro de Educação Infantil Municipal Prof^o João Juvenal de Amorim; Centro de Educação Infantil Municipal

Coração de Jesus; Escola Municipal Dom Afonso Niehues; Núcleo Escolar Municipal Prof^ª Verônica Guesser Pauli; Núcleo Escolar Municipal Prof^ª Xênia Goedert Kremer e Núcleo Escolar Municipal Cônego Dr. Raulino Reitz .

É daí, da vida em movimento, dos bons encontros e da capacidade de afetar e ser afetado, que nasce uma tentativa de pesquisa: numa pequena cidade de colonos, que sofreram nos anos de 1930 e 1940 devido às perseguições do Governo Getúlio Vargas pelo simples fato de serem descendentes de alemães, como se dava a Educação? Sendo mais específica: como se dava o ensino de matemática nas escolas para os colonos? O que aprendiam? O que era ensinado? Que mudanças a Lei de Nacionalização trouxe para aquele contexto?

Encucada com estas questões, fui em busca de vestígios. Deparei-me com um Memorial na localidade de Santa Maria. Nele, um riquíssimo terreno de pesquisa e de recordações. Ele foi todo feito em madeira pelo Sr. José Junkes, um nativo do local que, no final dos anos 30 e início dos 40, frequentou escolas na região e mantém sob sua guarda, até os dias atuais, seus preciosos cadernos da escola primária.

Ah! Os cadernos! Fontes ricas de pesquisa! Servirão de base para a pesquisa, na esperança de revelarem que matemática estava presente no cotidiano daquelas escolas, naquele momento histórico.

E os alemães vieram em busca de uma nova pátria ...

Ao saírem da Alemanha, deixaram para traz um país em processo de unificação do território, conflitos e perseguições. Além disso, o processo de industrialização estava ocasionando o êxodo rural, com ele más colheitas, empobrecimento e grande número de desempregos nas zonas urbanas. Uma crise econômica, política e ecológica arruinavam as terras alemãs.

Era preciso embarcar para um novo território, um paraíso de terra chamado Brasil. Desejo de melhoria, oportunidades, solo para plantio e trabalho “alimentavam o sonho de fartura e felicidade” (MUELLER; SANTOS, 2009, p. 264) na busca pelo “novo mundo”.

Na América, o Brasil estava vivendo um Período Imperial e no auge da expansão das lavouras de café, sofria com a falta de mão de obra, principalmente após a proibição do tráfico de escravos africanos. Eram necessários novos trabalhadores. Trazer imigrantes europeus poderia ser a solução para a produção. Mas foi a busca pela colonização das terras desabitadas, principalmente as áreas de fronteiras brasileira e as da região sul, que as

políticas de imigração se iniciaram e com elas a lei que permitia a “ocupação” das terras volutas.

A promulgação da Lei de Terras (Lei no 601, de 1850) consolidou o sistema decolonização baseado na pequena propriedade, mudando a forma de concessão dos lotes, que passaram a ser recebidos por compra, a prazo. Impulsionou a colonização do Sul, região que na década de 1870 passou a receber imigrantes italianos, russos, poloneses, além dos alemães (para citar apenas as nacionalidades mais significativas). No mesmo ano, a proibição do tráfico de africanos levou a uma política de substituição do escravo pelo trabalhador livre imigrante na grande lavoura paulista. Em resumo, o sistema de colonização vigente no Sul tinha entre suas metas promover o povoamento do território; portanto, privilegiou a ocupação de terras públicas ou devolutas — terras florestais, conforme assinalou Waibel (1958) — com imigrantes europeus que assumiram a condição de pequenos proprietários (SEYFERTH, 1999, p. 201).

Além destes principais fatores, Gaertner (2004) em sua tese², conclui bem porque o Brasil buscava a imigração alemã em uma citação de Weingärtner (2000):

(1) o sul do Brasil tinha muitas terras devolutas e havia um grande vazio populacional; (2) no Brasil toda a produção de gêneros alimentícios estava na mão de grandes latifundiários, que trabalhavam com escravos. Com os imigrantes alemães, pretendia-se implantar o minifúndio familiar; (3) o clima ameno no Sul do Brasil era propício para a aclimatação dos imigrantes alemães e para a produção de gêneros alimentícios que, até então, tinham que ser importados da Europa; (4) o colono alemão tinha fama de ser ordeiro, honesto, trabalhador incansável e que nutria grande amor por um pedaço de terra; (5) Dona Leopoldina, esposa do Imperador D. Pedro I, era austríaca. Portanto, de etnia germânica e, certamente, foi uma das pessoas que incentivaram a imigração alemã; (6) o Brasil mantinha, desde a vinda da família real portuguesa ao Brasil, em 1808, um exército formado por legionários estrangeiros, entre eles muitos alemães. Os soldados alemães eram conhecidos como destemidos guerreiros. Este fato, certamente, também teve peso na escolha dos imigrantes alemães – seus filhos dariam bons soldados para defender as divisas do Brasil no Sul do país. (WEINGÄRTNER, 2000, p. 6 *apud* GAERTNER, 2004).

Foram com estes objetivos que as grandes campanhas de emigração para o Brasil foram lançadas na Alemanha. Muitas famílias ficaram convencidas com as vantagens propostas pelo governo: passagem pagas, posse de colônias de terras, isenção de impostos e cidadania. Assim, embarcaram na travessia do oceano na busca por uma Nova Pátria.

Os primeiros gritos de “terra” ecoaram em 1818 na Bahia, onde os imigrantes fundaram a Colônia Leopoldina. Já em 1819 chegaram à província do Rio de Janeiro e fundaram ali a Nova Friburgo. Foi só no ano de 1828 que a primeira colônia alemã se estabelece na Província do Rio Grande do Sul, em São Leopoldo (GAERTNER, 2004; REITZ, 1988).

² Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/102154>

As raízes da colonização alemã na Província de Santa Catarina se deram em 1829, quando uma leva de imigrantes alemães foram enviados para estas terras, chegando às margens do rio Maruim, no município de São José, no dia 1º de março de 1829 (REITZ, 1988). Porém, as promessas feitas pelo governo brasileiro não foram cumpridas:

Com terras pouco propícias para a agricultura e o não cumprimento do Governo Imperial da promessa de ajuda de instalação e manutenção da Colônia, São Pedro de Alcântara enfrentou dificuldades em sua sobrevivência. Muitos dos primeiros habitantes deixaram a Colônia e se fixaram ao longo do litoral e das margens do rio Itajaí (GAERTNER, 2004, p. 14).

Terras não suficientes para abrigar todas as famílias, pedregosa, inférteis e o relevo impróprio “levaram uma onda de evasão para outras áreas, proporcionando o surgimento de novos núcleos coloniais” (ALBINO, 2001, p. 77).

Em busca de uma vida melhor e de condições de trabalho, muitos imigrantes partiram à procura de novas terras no Estado. Algumas famílias se instalaram no Vale, à Beira do Rio Itajaí, onde hoje estão os municípios de Blumenau e Pomerode; outras se instalaram às margens do Rio Louro perto ao velho caminho que ligava Desterro-Lages (REITZ, 1988).

Um grupo de estrangeiros liderado por João Henrique Schöeting cruzou as matas de São Pedro de Alcântara e instalou-se às margens do Rio Louro; esta região é hoje denominada de Louro. Antes de esse grupo chegar, essa região já era habitada por portugueses donos de engenhos e por negros, que muitas vezes eram escravos nesses engenhos (KREMER, 2014).

À beira da nascente do límpido rio e na busca incessante por terras mais férteis e lavouras, era construída a primeira igreja no topo de uma montanha. A santa escolhida: Santa Bárbara.

EDUCAÇÃO: EFEITO E AGENTE DA NACIONALIZAÇÃO

O Brasil, no século passado, principalmente nos anos de 1937 a 1945, conhecido como Estado Novo, tendo como governante Getúlio Vargas, passou por um período de Campanha de Nacionalização, ou seja, o que o Estado Novo pretendia era

Formar um “homem novo” para um Estado Novo, conformar mentalidades e criar o sentimento de brasilidade, fortalecer a identidade do trabalhador, ou por outra hora, *forjar* uma identidade positiva no trabalhador brasileiro, tudo isso fazia parte de um grande empreendimento cultural e político [...] (BOMENY, 1999, p. 139).

Um período em que emergem enunciações a uma pátria com identidade própria e consciência nacional em que “a educação é enaltecida como instrumento eficaz de controle”

(*Ibid.*, p. 141) e a escola, vista como “universalmente reconhecida de socializar os indivíduos nos valores que as sociedades, através de seus segmentos organizados, querem ver internalizados” (*Ibid.*, p. 139).

A escola era, portanto, foco de atuação e implementação no período de nacionalização. Bomeny (1999) revela que a campanha de nacionalização tinha a educação como uma dimensão estratégica para o avanço da nação. Para a autora, o projeto político da nacionalização, iniciado com a Revolução de 1930, “[...] tinha como núcleo central a construção da nacionalidade e a valorização da brasilidade, o que vale dizer, a afirmação da identidade nacional brasileira (BOMENY, 1999, p. 151).

A ideia do governo brasileiro era, portanto, ressaltar a pátria e combater o estrangeirismo. De todos os grupos de imigrantes que aqui estavam, os alemães foram o que detinham a maior preocupação por parte do governo. “De todos os grupos estrangeiros presentes nas zonas de colonização, o alemão foi o que, sem dúvida, despertou a maior atenção e a maior preocupação nas autoridades governamentais” (*Ibid.*, p. 152).

Para corroborar esta ideia, tive acesso por meio do CPDOC³ (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil) da FGV (Fundação Getúlio Vargas) aos arquivos pessoais do então ministro Gustavo Capanema.

Pertencente a uma série de documentos referentes à nacionalização, quero dar destaque Ofício Reservado nº 4, de 24 de janeiro de 1938, do Sr. Chefe do Estado Maior do Exército, dirigido ao Sr. General Ministro da Guerra, com o assunto “Campanha de Nacionalização (Parecer)”.

Nas primeiras páginas do relatório, aparecem a citação referente aos alemães:

De fato, os alemães parecem ser naturalmente os estrangeiros de mais difícil assimilação entre nós, devido ao grande apego à pátria distante e à maneira porque procuram transmitir aos seus descendentes os seus sentimentos de amor pátrio, orientados sempre pelo governo do Reich (MONTEIRO, 1938).

No mesmo documento, o comando regional ressalta a importância da observação dos seguintes aspectos:

- 1º) o conserito de origem teuta, que embora efeito à disciplina, não se compenetra dos deveres militares para com a Pátria que não considera sua;
- 2º) a dificuldade na repartição dos reservistas no Plano de Mobilização;
- 3º) influência da política na desnacionalização;
- 4º) o problema racial;
- 5º) a educação como base de formação de nacionalidade;
- 6º) a Igreja como colaboradora dos elementos estrangeiros;

³ Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/>

7º) as atividades nazistas no Brasil. (*Ibid.*, 1938).

Isto porque tomou-se conhecimento dos princípios norteadores da mentalidade germânica, que são tidos como problemas da campanha de nacionalização.

- 1) Todo alemão no estrangeiro deve conservar-se alemão;
- 2) Todos os alemães fóra da Alemanha pertencem ao Reich;
- 3) Os alemães devem estar unificados no mundo;
- 4) Os alemães não devem comprometer a política racial, precisam conservar a raça pura;
- 5) A Alemanha acima de tudo! A Alemanha sobre todos no mundo! (*Ibid.*, 1938).

Desta maneira, o Governo brasileiro edita uma série de leis e decretos com o intuito de barrar o estrangeirismo e facilitar a nacionalidade brasileira e a soberania nacional.

A título de exemplo, deixa-se explícito o art. 85 do Decreto-Lei nº 406, de 4 de maio de 1938. Transcrevo o próprio artigo:

Art. 85. Em todas as escolas rurais do país, o ensino de qualquer matéria será ministrada em português, sem prejuízo do eventual emprego do método direto no ensino das línguas vivas.

§ 1º As escolas a que se refere este artigo serão sempre regidas por brasileiros natos.

§ 2º Nelas não se ensinará idioma estrangeiro a menores de quatorze (14) anos.

§ 3º Os livros destinados ao ensino primário serão exclusivamente escritos em línguas portuguesa.

§ 4º Nos programas do curso primário e secundário é obrigatório o ensino da história e da geografia do Brasil.

§ 5º Nas escolas para estrangeiros adultos serão ensinadas noções sobre as instituições políticas do país. (BRASIL, 1938).

Em Santa Catarina, muitas escolas também foram fechadas em virtude da nacionalização. De acordo com Santos (2009),

Essas escolas constituíam locais privilegiados de elaboração de conteúdos étnicos e o seu papel educativo foi estratégico, sendo que na visão que permeou a campanha de nacionalização, cerca de 1500 escolas alemãs espalhadas pelos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, “[...] deram visibilidade ao grupo ‘alemão’ e o transformaram em paradigma do enquistamento” (SEYFERTH, 1999, p. 204-205). Naquele momento histórico, as escolas étnicas foram vistas como ambientes desintegradores que não atendiam à implementação de políticas e práticas pedagógicas sintonizadas com a campanha de nacionalização (SANTOS, 2009, p. 1).

Em Antônio Carlos, há vestígios que indicam a chegada da campanha de nacionalização. Para Reitz (1988),

No município de Antônio Carlos, a “nacionalização” encontrou apenas uma escola paroquial com ensino em vernáculo e alemão. Embora a escola-modelo [...] foi fechada, porém, substituída por uma escola pública oficial. As 5 outras escolas paroquiais já haviam sido substituídas por escolas públicas (REITZ, 1988, p. 95).

Kremer (2014) também descreve os impactos da nacionalização do município:

Em Antônio Carlos, como em outras localidades advindas de colonização com migrantes europeus, não foi fácil a incorporação deste novo ideal, principalmente pela questão da linguagem. Conforme Kremer, tanto professores, como alunos tinham dificuldades de se comunicar: “tinha uma sala cheia de alunos e apenas um sabia falar a língua portuguesa” (KREMER, 2010, p. 28). Ele ainda nos aponta que geralmente, a professora explicava os conteúdos para o aluno falante de português e este os repassava em alemão para seus colegas de classe. Eis uma das estratégias que fez com que algumas escolas continuassem atuantes (KREMER, 2014, p. 33).

Um maior detalhamento sobre o aspecto dar-se-á no próprio trabalho de mestrado da autora.

OS CADERNOS ESCOLARES E AS PRÁTICAS MATEMÁTICAS

Na pesquisa em História da Educação, muitas são as fontes consultadas. Dentre elas, os cadernos escolares exercem, atualmente, grande relevância. Há um certo tempo atrás, eram ignorados. Hoje, funcionam como documentos que revelam determinadas práticas escolares ao longo dos tempos. Assim descreve Viñao (2008):

O caderno escolar, um documento que, a despeito de seu caráter disciplinado e regulado, permite entrever, em ocasiões, a “personalidade” do aluno, além de incluir referências a si mesmo, a seu mundo familiar e a seu entorno social (VIÑAO, 2008, p. 16).

Para Santos (2018),

[...] o caderno é uma via essencial para se documentar os fenômenos históricos de modo próximo das suas situações geradoras. Ele se encontra no entrecruzamento da ação de dois sujeitos fundamentais – professores e alunos –, dando a conhecer como se desenvolvem diferentes estratégias de ensino e aprendizagem no trabalho com certos conteúdos, assim como mostrando como esses atores chegam a estabelecer diversas zonas de sentido (SANTOS, 2018, p. 3).

Analisar atividades em cadernos escolares, ou seja, analisar o conjunto de práticas matemáticas inscritas no caderno, significa, aqui, “procurar definir, no próprio tecido documental, unidades, conjuntos, séries, relações” (FOUCAULT, 2007, p. 7). O que significa analisar uma prática discursiva que é efeito e agente de uma educação, para o ensino da matemática, presente em cadernos escolares.

O caderno escolar é tomado como lugar de inscrição de “[...] uma prática discursiva que toma corpo em técnicas e em efeitos” (FOUCAULT, 2017, p. 234). É tomado aqui como lugar de inscrição de saberes, e neste caso específico, de saberes ensinados em uma das primeiras escolas alemãs do município.

Nesta pesquisa, serão utilizados os cadernos escolares do Sr. José Junkes, um cidadão do município de Antônio Carlos, nascido no início dos anos de 1930, que conseguiu guardar

e gentilmente disponibilizar seus cadernos escolares dos anos de 1942. Os cadernos estão expostos num Memorial, construído por ele mesmo com apoio da Prefeitura, situado ao lado da Igreja de Santa Maria, interior do município.

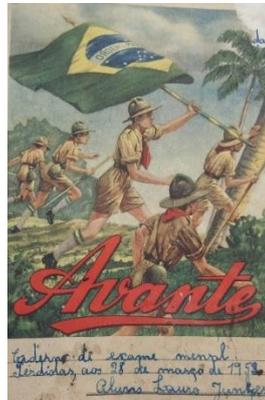
Os cadernos escolares do Sr. José Junkes, nesta pesquisa, serão tomados como *dispositivos* que emergem de um período de nacionalização e que nos fazem encará-los como “máquinas de fazer ver e de fazer falar” (DELEUZE, 1990, p. 1).

Na tentativa de explicar o momento político vivido na época pelos estudantes, são apresentadas algumas capas de cadernos do Sr. José Junkes.

As capas dos cadernos revelavam o momento em que a educação estava inserida. De acordo com Peixoto (2004, p. 75 *apud* SANTOS, 2018, p. 7), a capa torna possível “[...] uma visão dos valores sociais que a escola desejava inculcar nos alunos. [...]”.

Uma das capas citadas por Santos (2018) é a do “emblemático Caderno Avante Brasil, o Nossa Terra [...] da década de 1940”. Conseguiu-se, também, a foto da capa do caderno do Sr. Lauro Junkes, irmão do Sr. José Junkes:

Figura 1: Caderno de Exame Mensal de Lauro Junkes



Fonte: Acervo pessoal de José Junkes

Outras são as capas que também demonstram o momento vivido do Estado Novo. Sr. José Junkes possui um caderno que traz em sua capa a foto do Presidente do Brasil à época, Getúlio Vargas.

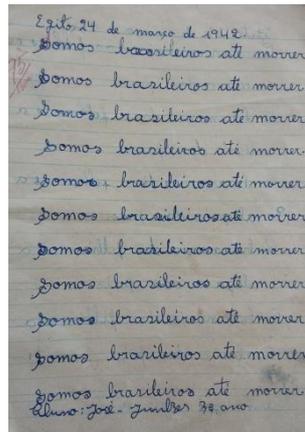
Figura 2: Capa do Caderno da Coleção "Nossa Terra"



Fonte: Acervo pessoal de José Junkes

Foram encontrados cadernos de algumas disciplinas, tais como Calligraphia, Educação Moral e Cívica, Aritmética, Língua Portuguesa, etc. O Sr. José Junkes dispõe de Cadernos de Calligraphia que, além de mostrar o exercício da repetição, trazem marcas do movimento da nacionalização:

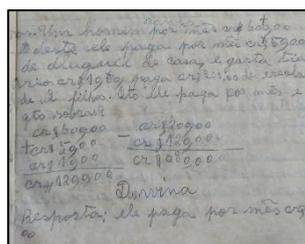
Figura 3: Caderno de Calligraphia de 1942



Fonte: Acervo Pessoal de José Junkes

Há, também, alguns cadernos de Aritmética. A seguir, destaca-se uma atividade de ensino de matemática, retirada de um dos cadernos fornecidos pelo Sr. José Junkes:

Figura 4: Atividade de Matemática sobre poupar



Fonte: Acervo Pessoal de José Junkes

Estes *dispositivos foucaultianos* ajudam a perceber que havia certa matemática na época da nacionalização nas escolas teuto-brasileiras de Antônio Carlos (SC). Uma matemática voltada ao cotidiano, aos problemas mais práticos de pagar/economizar/dar troco. Apesar da lei imposta pelo Estado Novo, o ensino de matemática continuou vigorando naquelas escolas e nem a língua e nem a nova política impediram os alunos de aprenderem a “fazer contas, ler e escrever”. A pesquisa de mestrado ainda está em desenvolvimento. Espera-se que ela consiga trazer uma maior riqueza de detalhes sobre a matemática como efeito e agente de uma nacionalização.

REFERÊNCIAS

ALBINO, J. F. **A nacionalização no Estado Novo e a ameaça alemã**: um olhar em São Pedro de Alcântara (1937-1945). Florianópolis, 2001. 127 f. Dissertação (Mestrado)-Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História.

BOMENY, H. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. In: Dulce Pandolfi. (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1999, p. 137-166.

BRASIL. Decreto-Lei nº 406, de 4 de maio de 1938. Dispõe sobre a entrada de estrangeiros no território nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 6 mai. 1938. Seção 1, p. 8494.

DELEUZE, G. Que é um dispositivo? In: BALBIER, E. *et al.* **Michel Foucault, filósofo**. Barcelona: Gedisa, 1990. p. 155-163.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal. 1990.

_____. **Vigiar e punir**: o nascimento da prisão. 29. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

_____. **Ditos e Escritos**: Estratégia, Poder-Saber (vol. IV). Organização Manoel Barros da Motta. Tradução Vera Lúcia Avellar Ribeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

_____. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. 9. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____. **A Arqueologia do Saber**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

_____. **A Arqueologia do saber**. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2017.

GAERTNER, R. **A matemática escolar em Blumenau (SC) no período de 1889 a 1968**: da Neue Deutsche Schule à Fundação Universidade Regional de Blumenau. 2004. 248 f.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, 2004. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/102154>>.

KREMER, L. **MEIN KIND ZEIT**: Memórias da escola primária de Antônio Carlos, Santa Catarina (1937-1945). 2014. 56 f. Trabalho de Conclusão de Curso. Graduação em Pedagogia. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2014.

MONTEIRO, P. A. de G. **Ofício Reservado nº 4, de 24/01/1938, do Chefe do Estado Maior do Exército**. In.: Arquivo Gustavo Capanema – Ministério da Educação e Saúde – Educação e Cultura. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), Fundação Getúlio Vargas (FGV), Rio de Janeiro.

MUELLER, H. I.; SANTOS, A. V. Nacionalismo e Cultura escolar no Governo Vargas: Faces da construção da brasilidade. **Cadernos de História da Educação**. v. 8, n. 2, jul/dez. 2009.

RAGO, M. Libertar a história. In.: RAGO, Margareth; ORLANDI, Luis Lacerda; VEIGANETO, Alfredo (orgs). **Imagens de Foucault e Deleuze: ressonâncias nietzschianas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

REITZ, R. Alto Biguaçu: narrativa cultural tetrarracial. Florianópolis: Ed. Lunardelli/Ed. da UFES, 1988.

SANTOS, A. V. dos. **A Campanha Nacionalista e a inspeção escolar em Santa Catarina**. In.: 32ª Reunião Anual da ANPED. Caxambu, 2009. Disponível em: <http://32reuniao.anped.org.br/arquivos/trabalhos/GT02-5528--Int.pdf>. Acesso em 02/06/2019.

_____. Cadernos como artefatos etno-históricos. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 18, eo28, 2018.

SEYFERTH, G. Os Imigrantes e a Política de Nacionalização do Estado novo. In: PANDOLFI, Dulce (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999. p.199-228.

VINÃO, A. Os cadernos escolares como fonte histórica: aspectos metodológicos e historiográficos. In: MIGNOT, A. C. V. (org.). **Cadernos à vista: escola, memória e cultura escrita**. Rio de Janeiro: Uerj, 2008, p. 15-28.